

Ata da Décima Segunda Sessão Ordinária, do primeiro ano da Décima Quinta Legislatura da Câmara Municipal de Jaguariúna, realizada aos vinte e um de maio de dois mil e treze, às dezenove horas e trinta minutos, na Sala das Sessões “Vereador Reynaldo Chiavegato”, da Câmara Municipal, localizada no Edifício Municipal Dr. Sebastião Paes de Almeida, desta cidade. Presidente Sr. Alfredo Chiavegato Neto. Vice-Presidente Sr. Adilson José Abrucez. Secretários Srs. Rita de Cássia Siste Bergamasco e Ângelo Roberto Torres. Antes da leitura do texto Bíblico, o Sr. Presidente convidou a todos para fazerem um minuto de silêncio em homenagem ao Sr. Alfredo de Souza, falecido naquele dia, aos noventa e nove anos de idade, ele que tinha sido suplente de Vereador na Terceira Legislatura desta Casa de Leis (1963-1966) e Vereador por duas Legislaturas, Quarta (1967-1970) e Quinta (1970-1973). Feito o minuto de silêncio o Sr. Presidente determinou a Leitura de Texto Bíblico, conforme Resolução n.º 80, de 21 de fevereiro de 1997, sendo que convidou o Vereador William de Souza Silva para proferir o seguinte texto: Salmo 37/36: “Não se irrite por causa dos maus, nem tenha inveja dos injustos. Eles são como erva: secam depressa, murcham logo como a relva. Confie no Senhor e pratique o bem, habite na terra e viva tranquilo. Coloque no Senhor o seu prazer, e ele dará o que seu coração deseja. Entregue seu caminho ao Senhor, nele confie, e ele agirá. Ele manifestará a justiça de você como o amanhecer e seu direito como o meio-dia. Descanse no Senhor e nele espere, não se irrite com os que triunfam, com o homem que usa de intrigas. Deixe a ira, abandone o furor, não se irrite: você só faria o mal. Porque os maus vão ser excluídos, e os que esperam no Senhor possuirão a terra.” A seguir, o Sr. Presidente determinou a feitura da chamada, onde foi anotada a presença dos seguintes Srs. Vereadores: Adilson José Abrucez, Alexandre da Silva Santos, Alfredo Chiavegato Neto, Ângelo Roberto Torres, David Hilário Neto, Gerson Antonio, Luiz Carlos de Campos, Luiz Gustavo Gothardo, Rita de Cássia Siste Bergamasco, Rodrigo da Silva Blanco, Romilson Nascimento Silva e William de Souza Silva. Deixou de comparecer o Sr. Fábio Augusto Pina. Constatando número regimental, o Sr. Presidente, proferindo as seguintes palavras: “Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos”, declarou aberta a Sessão, dando início ao Expediente: primeiramente, o Sr. Presidente colocou em votação a Ata da Sessão Ordinária anterior, a qual foi aprovada por unanimidade de votos pelo Plenário e assinada pela Mesa. A seguir, o Sr. Presidente determinou a leitura da Matéria Constante do Expediente: primeiramente, o Sr. David Hilário Neto pediu a palavra apresentando requerimento verbal, baseado no Art. 213, II do Regimento Interno solicitando

que fosse dispensada a leitura da matéria oriunda do Prefeito Municipal, das Indicações dos Senhores Vereadores, bem como das correspondências de diversos, lendo-se apenas as ementas, como constavam na pauta; em discussão e votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos. A seguir, foram lidas as ementas das seguintes correspondências do Senhor Prefeito: 1 Ofício SEGOV nº 0299/2013, dando resposta ao Requerimento nº 022/2013 do Sr. Gerson Antonio, solicitando informações sobre relação de todas as despesas a pagar liquidadas, constando nome, número do empenho, vencimento e valor, e o real valor da dívida deixada pela Administração anterior; 2. Ofício SEGOV nº 0316/2013, dando resposta ao Requerimento nº 034/2013 do Sr. Alexandre da Silva Santos solicitando informações de quando retornará o funcionamento do Projeto “Escola das Artes”, e se irá manter todos os 25 cursos desse Projeto; 3. Ofício SEGOV nº 0332/2013, dando resposta ao Requerimento nº 103/2013 do Sr. William de Souza Silva, informações se foram tomadas as providências necessárias, exigidas por Lei, para garantir a total segurança dos participantes do “Brahma Country Festival”, que será realizado no período de 9 a 18 de maio vindouro; como a população poderá se certificar de que essas exigências foram, de fato, providenciadas; 4. Ofício SEGOV nº 0333/2013, acusando o recebimento do Requerimento nº 111/2013 do Sr. Luiz Gustavo Gothardo solicitando informações se existem projetos para realização da cobertura das quadras poliesportivas das Escolas Municipais, e qual previsão para início e término das obras; 5. Ofício SEGOV nº 0334/2013, acusando o recebimento do Requerimento nº 113/2013 do Sr. Ângelo Roberto Torres solicitando informações sobre abertura da avenida onde passa a Maria Fumaça no Centro Cultural; 6. Ofício SEGOV nº 0335/2013, acusando o recebimento do Requerimento nº 115/2013 da Sra. Rita de Cássia Siste Bergamasco solicitando informações acerca de casos de dengue detectados e foco de epidemia no Município; 7. Ofício SEGOV nº 0336/2013, acusando o recebimento do Requerimento nº 117/2013 do Sr. William de Souza Silva solicitando informar do porque o Município foi suspenso do Programa Nacional do Livro Didático – PNLD, e se há a possibilidade de ser incluído dentro do prazo legal para que as escolas públicas e a educação do Município não sejam prejudicadas; 8. Ofício SEGOV nº 0337/2013, acusando o recebimento do Requerimento nº 118/2013 do Sr. Alexandre da Silva Santos solicitando informações sobre a conclusão do sistema de esgoto no bairro Terras da Capela de Santo Antonio; 9. Ofício SEGOV nº 0338/2013, acusando o recebimento do Requerimento nº 119/2013 do Sr. Ângelo Roberto Torres solicitando ao Executivo Municipal e ao Secretário de Transportes de Campinas, construção na rodoviária de Campinas,

de um terminal de ônibus com cobertura para os ônibus de Jaguariúna/Campinas; 10. Ofício SEGOV nº 0339/2013, acusando o recebimento do Requerimento nº 120/2013 dos Srs. Ângelo Roberto Torres e Gerson Antonio solicitando implantação de um sistema de monitoramento por GPS, nos ônibus urbanos e intermunicipais, em cumprimento ao disposto na Lei nº 2025, de 21/12/2010, art. 18, § 2º; 11. Ofício SEGOV nº 0340/2013, acusando o recebimento do Requerimento nº 121/2013 dos Srs. Rita de Cássia Siste Bergamasco e David Hilário Neto solicitando informar se existe a possibilidade do Município solicitar ao Secretário de Habitação do Estado, o recapeamento do asfalto nos bairros Vila Guilherme e Miguel Martini, entre outra questão; 12. Ofício SEGOV nº 0341/2013, acusando o recebimento do Requerimento nº 122/2013 dos Srs. Rita de Cássia Siste Bergamasco e David Hilário Neto solicitando se existe a possibilidade do Município solicitar ao Secretário de Habitação do Estado, a cobertura da quadra poliesportiva da Vila Guilherme, entre outra questão; 13. Ofício SEGOV nº 0342/2013, acusando o recebimento do Requerimento nº 123/2013 dos Srs. Rita de Cássia Siste Bergamasco e David Hilário Neto solicitando informar se existe a possibilidade do Município solicitar ao Secretário de Habitação do Estado, a construção de mais 200 casas populares através do CDHU, entre outra questão; 14. Ofício SEGOV nº 0343/2013, acusando o recebimento das Indicações nºs.: 255, 256, 257, 265, 266, 274, 275 e 295/2013 do Sr. Gerson Antonio; 258 e 267/2013 do Sr. Rodrigo da Silva Blanco; 259, 263 e 264/2013 do Sr. Luiz Gustavo Gothardo; 260, 261 e 262/2013 do Sr. David Hilário Neto; 268/2013 do Sr. Alfredo Chiavegato Neto; 269/2013 dos Srs. David Hilário Neto e Rita de Cássia Siste Bergamasco; 270, 271, 272, 273, 289, 290, 291, 292, 293 e 294/2013 do Sr. Ângelo Roberto Torres; 276/2013 da Sra. Rita de Cássia Siste Bergamasco; 277 e 278/2013 do Sr. Romilson Nascimento Silva; 279, 280, 281, 282, 283, 284 e 285/2013 do Sr. William de Souza Silva; 286, 287 e 288/2013 do Sr. Alexandre da Silva Santos. A seguir, dos Senhores Vereadores foram apresentados: Requerimentos: 1. Do Sr. Alfredo Chiavegato Neto solicitando ao Executivo Municipal desafetação, com a consequente exclusão do uso comum do povo, da nesga de terra remanescente da viela situada na rua São Paulo, entre os nºs 261 e 275, no bairro Dom Bosco, enviando a esta Casa Projeto de lei, facultando a alienação ao proprietário lindeiro interessado; 2. Do Sr. Ângelo Roberto Torres solicitando às Estâncias Metrópolis Turismo e Viação Ltda. se há algum estudo para que o ônibus que faz a linha do bairro Tanquinho Velho adentre no bairro Bananal pelo menos três vezes ao dia; 3. Do Sr. William de Souza Silva - Zidane solicitando ao Executivo Municipal

informações da regulamentação para efetiva implantação da Lei Federal nº 12.740 de 8 de dezembro de 2012, visando pagamento de adicional de periculosidade (30%) aos ocupantes de cargos públicos municipais efetivos; 4. Do Sr. William de Souza Silva - Zidane solicitando ao Executivo Municipal informações sobre a falta de fiscalização em terrenos particulares abandonados e se há a possibilidade de intensificar a fiscalização nos terrenos baldios de acordo com o Código de Posturas do Município; 5. Do Sr. William de Souza Silva - Zidane solicitando ao Executivo Municipal e à ASAMAS informações e documentos sobre a motivação da contratação da empresa prestadora de serviços de portaria, incluindo serviços 24hs no Hospital Municipal Walter Ferrari e UPA; 6. Do Sr. William de Souza Silva - Zidane solicitando à Mesa Diretora da Câmara Municipal informações sobre o porquê que não foram apresentadas as contas públicas municipais referentes aos anos 2009, 2010, 2011 e 2012 e qual a data em que as mesmas deram entrada nesta Casa; 7. Do Sr. William de Souza Silva - Zidane solicitando ao Executivo Municipal informações sobre o pagamento da carga suplementar aos Professores da Rede Municipal de Ensino e por que há um descontentamento generalizados desses profissionais, gerando pedidos de demissão, entre outras questões. Indicações, lendo-se apenas as ementas: 1. Do Sr. David Hilário Neto solicitando ao Executivo Municipal construção de uma lombada na Avenida Pacífico Moneda, entre a empresa Chiarotti – Cerâmica Técnica Industrial, localizada no nº 253 e o Naga Cable Park, localizado no nº349, bairro Capotuna; 2. Do Sr. Ângelo Roberto Torres – Neguita Torres, solicitando ao Executivo Municipal cobertura das quadras de esporte, em especial, da E.M.Pref. Adone Bonetti e E.M. Dr. Franklin de Toledo Piza Filho, nos bairros Roseira de Cima e de Baixo; 3. Do Sr. Ângelo Roberto Torres – Neguita Torres, solicitando ao Executivo Municipal “operação tapa buracos” e manutenção com a máquina Patrol na Estrada da Guaiçara e Takemassa, no bairro Tanquinho Velho; 4. Do Sr. Ângelo Roberto Torres – Neguita Torres, solicitando ao Executivo Municipal implantação de um Posto do I.M.L. – Instituto Médico Legal, com laboratório, em Jaguariúna; 5. Do Sr. Ângelo Roberto Torres – Neguita Torres, solicitando ao Executivo Municipal implantação de um Cronograma de Limpeza e Manutenção dos bairros; 6. Do Sr. Ângelo Roberto Torres – Neguita Torres, solicitando ao Executivo Municipal colocação de lixeiras no estacionamento da Igreja de Santa Maria, na rua Cel. Amâncio Bueno, centro; 7. Do Sr. David Hilário Neto solicitando ao Executivo Municipal rebaixamento da guia do canteiro em frente ao Posto de Gasolina Planalto, na Avenida Antonio Pinto Catão; 8. Do Sr. Adilson José Abracez solicitando ao Executivo Municipal

demarcação do solo para embarque e desembarque de alunos nas unidades escolares: CEI Maria do Carmo Martins; PEC I e PEC II; 9. Do Sr. Gerson Antonio – Gerson do Gás solicitando ao Executivo Municipal construção de lombadas, nos dois sentidos da Avenida Rinaldi, uma em frente ao prédio do Bon Netto, e a outra próxima ao Cond. Panini, ambas antes da rotatória do Bon Netto; 10. Do Sr. Luiz Carlos de Campos - Bozó solicitando ao Executivo Municipal asfaltamento da Estrada Municipal JGR 350 – Giulio Marconato, com extensão de 300 metros, que se inicia na Estrada Municipal JGR 354 e termina na divisa com o Município de Holambra; 11. Do Sr. Ângelo Roberto Torres – Neguita Torres, solicitando ao Executivo Municipal manutenção no asfalto da Av. Pacífico Moneda, em especial dois buracos que estão comprometendo seriamente a segurança de quem por ela transita; 12. Do Sr. Gerson Antonio – Gerson do Gás solicitando ao Executivo Municipal a construção de uma cobertura na quadra poliesportiva da E.M. Irineu Espedito Ferrari, no bairro 12 de Setembro; 13. Do Sr. William de Souza Silva - Zidane solicitando ao Executivo Municipal pintura de faixa amarela e colocação de placa para parada exclusiva de transporte escolar, em frente às EMEIS, Creches e Escolas do Município; 14. Do Sr. William de Souza Silva - Zidane solicitando ao Executivo Municipal limpeza ao redor do acostamento da SP95, no trecho que liga o bairro Florianópolis ao Centro; 15. Do Sr. William de Souza Silva - Zidane solicitando ao Executivo Municipal Vigilante Patrimonial na estação do bairro de Guedes. Moção da Sra. Rita de Cássia Siste Bergamasco de pesar pelo falecimento da Sra. Silvia Regina Francatti, ocorrido no dia 15 de maio corrente, aos 49 anos de idade, nesta cidade. Em seguida, foram lidas as ementas das seguintes correspondências de Diversos: 1. CT-DAR 04.025/2013 – PN CLARO da Diretoria de Assuntos Regulatórios da Claro, dando resposta ao Requerimento nº 038/2013 do Sr. William de Souza Silva solicitando a instalação de antenas para telefonia celular nos bairros: Jardim Pinheiros, Santo Antonio do Jardim, Bom Jardim e Chácaras de Recreio Floresta; 2. P. Nº 0213/13 do Arcebispo de Aparecida, Presidente da CNBB acusando o recebimento da Moção nº 024/13 do Sr. Luiz Gustavo Gothardo – Guga e Outros, de congratulações e louvor à Igreja Católica, Apostólica, Romana, pela escolha do Papa Francisco – o cardeal argentino Jorge Mario Bergoglio, acontecida em 13 de março deste ano de 2013, e pela sua posse ocorrida no dia 19 deste mesmo mês, no Vaticano; 3. Comunicado CM nº 61445/2013 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação sobre liberação de verba ao Município no valor de R\$ 88.817,92; 4. Comunicado CM nº 61446/2013 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação sobre liberação de verba ao

Município no valor de R\$ 14.800,00; 5. Comunicado CM nº 61447/2013 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação sobre liberação de verba ao Município no valor de R\$ 6.520,00; 6. Comunicado CM nº 61448/2013 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação sobre liberação de verba ao Município no valor de R\$ 20.560,00; 7. Comunicado CM nº 61449/2013 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação sobre liberação de verba ao Município no valor de R\$ 12.020,00; 8. Comunicado CM nº 61450/2013 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação sobre liberação de verba ao Município no valor de R\$ 11.840,00; 9. Comunicado CM nº 61451/2013 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação sobre liberação de verba ao Município no valor de R\$ 6.120,00; 10. Comunicado CM nº 61452/2013 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação sobre liberação de verba ao Município no valor de R\$ 20.080,00; 11. Comunicado CM nº 61453/2013 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação sobre liberação de verba ao Município no valor de R\$ 12.380,00; 12. Comunicado CM nº 61454/2013 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação sobre liberação de verba ao Município no valor de R\$ 9.860,00; 13. Comunicado CM nº 61455/2013 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação sobre liberação de verba ao Município no valor de R\$ 9.300,00; 14. Comunicado CM nº 61456/2013 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação sobre liberação de verba ao Município no valor de R\$ 16.220,00; 15. Comunicado CM nº 61457/2013 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação sobre liberação de verba ao Município no valor de R\$ 14.760,00; 16. Comunicado CM nº 61458/2013 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação sobre liberação de verba ao Município no valor de R\$ 3.520,00; 17. Comunicado CM nº 61459/2013 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação sobre liberação de verba ao Município no valor de R\$ 2.700,00; 18. Comunicado CM nº 61460/2013 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação sobre liberação de verba ao Município no valor de R\$ 3.160,00; 19. Comunicado CM nº 61461/2013 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação sobre liberação de verba ao Município no valor de R\$ 3.040,00; 20. Comunicado CM nº 61462/2013 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação sobre liberação de verba ao Município no valor de R\$ 2.380,00; 21. Comunicado CM nº 61463/2013 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação sobre liberação de verba ao Município no valor de R\$ 3.360,00; 22. Comunicado CM nº 61464/2013 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação sobre liberação de verba ao Município no valor de R\$ 2.460,00; 23. Comunicado CM nº 61465/2013 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação sobre liberação de verba ao

Município no valor de R\$ 3.660,00; 24. Comunicado CM nº 61466/2013 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação sobre liberação de verba ao Município no valor de R\$ 2.480,00; 25. Comunicado CM nº 61467/2013 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação sobre liberação de verba ao Município no valor de R\$ 2.360,00; 26. Comunicado CM nº 61468/2013 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação sobre liberação de verba ao Município no valor de R\$ 2.860,00; 27. Comunicado CM nº 61469/2013 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação sobre liberação de verba ao Município no valor de R\$ 5.740,00; 28. Comunicado CM nº 61470/2013 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação sobre liberação de verba ao Município no valor de R\$ 2.920,00; 29. Comunicado CM nº 61471/2013 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação sobre liberação de verba ao Município no valor de R\$ 1.860,00; 30. Comunicado CM nº 61472/2013 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação sobre liberação de verba ao Município no valor de R\$ 2.920,00; 31. Comunicado CM nº 61473/2013 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação sobre liberação de verba ao Município no valor de R\$ 2.380,00; 32. Comunicado CM nº 61474/2013 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação sobre liberação de verba ao Município no valor de R\$ 4.380,00; 33. Comunicado CM nº 61475/2013 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação sobre liberação de verba ao Município no valor de R\$ 3.900,00; 34. Comunicado CM nº 61476/2013 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação sobre liberação de verba ao Município no valor de R\$ 2.460,00; 35. Comunicado CM nº 61477/2013 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação sobre liberação de verba ao Município no valor de R\$ 3.380,00; 36. Comunicado CM nº 61478/2013 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação sobre liberação de verba ao Município no valor de R\$ 4.120,00; 37. Comunicado CM nº 61479/2013 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação sobre liberação de verba ao Município no valor de R\$ 2.760,00. A seguir, o Sr. Presidente colocou em votação as seguintes Proposituras, comunicando que se houvesse desejo de discussão, deveriam proceder de acordo com o Art. 154, alínea única, do Regimento Interno, alterado pelas Resoluções nºs 63 e 91: 1. Requerimento do Sr. Alfredo Chiavegato Neto solicitando ao Executivo Municipal desafetação, com a consequente exclusão do uso comum do povo, da nesga de terra remanescente da viela situada na rua São Paulo, entre os nºs 261 e 275, no bairro Dom Bosco, enviando a esta Casa Projeto de lei, facultando a alienação ao proprietário lindeiro interessado, em votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 2. Requerimento do Sr. Ângelo Roberto Torres

solicitando às Estâncias Metr polis Turismo e Via o Ltda. se h  algum estudo para que o  nibus que faz a linha do bairro Tanquinho Velho adentre no bairro Bananal pelo menos tr s vezes ao dia, em vota o, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 3. Requerimento do Sr. William de Souza Silva - Zidane solicitando ao Executivo Municipal informa es da regulamenta o para efetiva implanta o da Lei Federal n  12.740 de 8 de dezembro de 2012, visando pagamento de adicional de periculosidade (30%) aos ocupantes de cargos p blicos municipais efetivos, em vota o, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 4. Requerimento do Sr. William de Souza Silva - Zidane solicitando ao Executivo Municipal informa es sobre a falta de fiscaliza o em terrenos particulares abandonados e se h  a possibilidade de intensificar a fiscaliza o nos terrenos baldios de acordo com o C digo de Posturas do Munic pio, em vota o, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 5. Requerimento do Sr. William de Souza Silva - Zidane solicitando ao Executivo Municipal e   ASAMAS informa es e documentos sobre a motiva o da contrata o da empresa prestadora de servi os de portaria, incluindo servi os 24hs no Hospital Municipal Walter Ferrari e UPA, em vota o, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 6. Requerimento do Sr. William de Souza Silva - Zidane solicitando   Mesa Diretora da C mara Municipal informa es sobre o porqu  que n o foram apresentadas as contas p blicas municipais referentes aos anos 2009, 2010, 2011 e 2012 e qual a data em que as mesmas deram entrada nesta Casa, em vota o, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 7. Requerimento do Sr. William de Souza Silva - Zidane solicitando ao Executivo Municipal informa es sobre o pagamento da carga suplementar aos Professores da Rede Municipal de Ensino e por que h  um descontentamento generalizados desses profissionais, gerando pedidos de demiss o, entre outras quest es, em vota o, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 8. Mo o da Sra. Rita de C ssia Siste Bergamasco de pesar pelo falecimento da Sra. Silvia Regina Francatti, ocorrido no dia 15 de maio corrente, aos 49 anos de idade, nesta cidade, em vota o, foi a mesma aprovada por unanimidade de votos. A seguir, o Sr. Presidente deixou livre a palavra aos senhores Vereadores que quisessem fazer uso, seguindo ordem de inscri o em livro, versando sobre Temas Livres: pela ordem, tomariam a palavra os Srs. Rodrigo da Silva Blanco e Romilson Nascimento Silva que a passaram; tomou a palavra o Sr. William de Souza Silva que cumprimentou a todos, mais uma vez agradecendo a presen a de todo o p blico presente, ao Sr. Presidente e nobres Vereadores; agradeceu aos nobres Colegas pela aprova o dos requerimentos, e que os Srs. Vereadores se atentassem em alguns

requerimentos, principalmente, ao dos professores, que dizia respeito ao ensino do Município, e que tinha tido, não o prazer, mas o desprazer de receber um professor no seu gabinete, naquela semana, e noticiar esse descontentamento na rede pública e que, gostaria, tinha certeza que o momento ainda era inoportuno, a Administração passava por um período de transição e de estudo perante a gestão anterior, essa mudança de político, mas a Educação sempre mereceria, tinha a certeza, a atenção de todos, e que ele gostaria que os Srs. Vereadores, dentro do possível, se atentassem a esse tema e eles pudessem, dentro da atividade deles, ajudar a esses profissionais de Educação do Município, e a todos os outros requerimentos que foram importantes para a cidade, e agradeceu pela atenção de todos; a seguir, tomou a palavra o Sr. Adilson José Abruze que cumprimentou a todos, e que agradecia sempre a presença deles que vinham prestigiar o trabalho dos Vereadores; a seguir disse de alertar, fazer uma denúncia, ou dar notícias do que, achava, todo mundo via, no fim de semana, na feira municipal em Jaguariúna; disse que já tinha feito uma indicação no comecinho do mandato, e que estavam completando cinco meses, para que a Prefeitura fizesse uma ligação, ou algumas ligações da rede de esgoto ou uma ligação que pegasse, captasse as águas usadas na peixaria, nas barracas de frangos, e, principalmente, agora, naquele fim de semana, ele teve o desprazer de ver, também, a questão da barraca que vendia milho verde, e que passou lá e constatou que as escamas de peixe corriam pela sarjeta, viravam pela rua Cândido Bueno, e desciam até o bueiro no posto de gasolina; disse que verificando isso, olhando, tristemente, teve o desprazer de ver o barraqueiro, o feirante que vendia o milho verde, despejar o tacho de água quente, fervendo, na sarjeta, saindo fumaça; disse que se tivesse uma criança ou alguém descalço, ou mesmo calçado, iria se queimar todo; disse que era urgente e que iria fazer na próxima sessão ordinária, um requerimento pedindo informações ao Prefeito se ele acatou, se ele achou boa a sugestão, quando ele podia fazer, porque a Feira, se não fosse o saquinho plástico e as balanças eletrônicas, estava parecendo uma feira medieval mesmo, com tudo jogado no chão, escorrendo, como se não existisse nenhuma infraestrutura no Município, não houvesse nada, e que gostaria, numa cidade que estava tão bonita, caprichosa... há muitos anos, essa denúncia ele tinha feito há vinte anos atrás, quando ele foi Vereador, e que continuava do mesmo jeito; disse que era simples, era só fazer uma ligação de esgoto, ligar cada barraca, responsabilizar os feirantes que usavam a água e tinha que despejar, tinha que dar infraestrutura para eles, e fazer uma coisa bonita que a Cidade merecia; disse que era só isso e agradeceu; a seguir, tomaria a palavra o Sr. Alexandre da Silva Santos que a passou; tomou a

palavra o Sr. Ângelo Roberto Torres que cumprimentou a todos, em especial aos que vinham assistir às sessões, agradeceu-os pela presença, aos funcionários da Casa, as meninas, e a seguir, agradeceu o apoio aos seus requerimentos, e disse que ele já tinha conversado no Departamento Jurídico, porque tinha uma lei de sua autoria, do seu primeiro mandato, que autorizava o ônibus escolar a trazer os alunos do bairro Carlos Gomes, e também do bairro Bananal, e que eles estavam no estudo para ver se eles conseguiam colocar uma emenda nesse projeto para que, também, o ônibus que fazia o trajeto do Tanquinho, pudesse subir até o bairro Bananal, e pediu aos nobres Pares, às Comissões, se eles pudessem estudar, para eles estarem analisando esse projeto que era de suma importância para os moradores do Bananal que tudo usufruíam da Cidade, Hospital, Educação, e que tinham até Cartão Cidadão, e que eles pudessem, também, implantar este trajeto do ônibus, uma vez que o transporte na cidade era ao custo de um real, e que beneficiava bastante aos trabalhadores, e que o pessoal pedia esse apoio nesse projeto; comentou que o nobre Vereador Adilson tinha citado da feira, e que quando o Vereador tinha colocado aquele requerimento, disse ao Adilson, ele, Neguita Torres, e que tinha conversado com os Colegas, e que eles tinham que fazer um estudo, e que achava que eles tinham que fazer um estudo de mudar a feira dali, e que era lógico que abrangia uma discussão maior para eles verem a população, mas o ideal seria que a feira mudasse para o final da rua Cel. Amâncio, para baixo do antigo Banespa, próximo à antiga Fábrica de Doce, e que a Prefeitura podia ali fazer essa ligação de esgoto, tudo, ali, preparar e mudar essa feira para lá, e que achava que facilitaria bem o trânsito em volta da igreja, e também para os comerciantes, o pessoal que ia na feira, também não ficava tão longe, ficava bem próximo, na questão de estacionamento, tudo facilitava; disse achar que eles poderiam fazer um estudo sobre isso daí e pensar nesta mudança; disse que por aquela hora era só, e agradeceu a todos; a seguir, tomariam a palavra os Srs. David Hilário Neto e Gerson Antonio que a passaram; tomou a palavra o Sr. Luiz Carlos de Campos que cumprimentou a todos, dizendo que, primeiramente, queria estar conversando com os nobres Vereadores para que, no intervalo de quinze minutos, e que tinham conversado no dia anterior, que as Comissões Permanentes da Câmara se reuniam às segundas-feiras, para elaborar o parecer para entrar na sessão de terça, e como a pauta tinha que ficar pronta com vinte e quatro horas de antecedência, às vezes acontecia do Presidente colocar um projeto para discussão na sessão e os Vereadores, na hora da reunião de Comissões entendiam que seria melhor esperar mais um pouquinho para dar uma estudada, e que se eles pudessem, no intervalo de

quinze minutos, definir um dia posterior, no caso quarta-feira, quinta, ver o que a maioria decidia, para estarem se reunindo nesta data, para facilitar e que acreditava, inclusive, o trabalho para a Secretaria; comentou sobre o requerimento que o Zidane fez, e que a Comissão de Orçamento já estava com as Contas de 2009 e 2010, e que tinham dado entrada na Câmara, no ano anterior, e que eles iam começar a estudar pela ordem cronológica as Contas de 2009, só que deu entrada na Casa, também, o projeto de lei de Diretrizes Orçamentárias, e que esse projeto, também, precisava ser estudado, eram duas votações, e que tinha urgência nesse projeto, também, e entre outras coisas disse que no dia cinco de junho iria ter uma audiência na Câmara para discutir o projeto das Diretrizes Orçamentárias, e que eles iam estudar as Contas de dois mil e nove, mas devido ao projeto das Diretrizes, mas passando essa fase, e que julho era recesso, se os Vereadores da Comissão de Orçamento, o Romilson e a Rita, eles podiam, passando as Diretrizes, pegarem ali, entrarem no mês de julho para eles estarem analisando, que era o mesmo rito que teve as Contas de dois mil e sete, que votaram nalgumas sessões atrás; disse, ainda, de aproveitar e dizer que na segunda-feira iriam ter outra audiência pública, que era das Metas Fiscais, às dezenove horas, no Plenário da Câmara, o pessoal técnico da Prefeitura também estaria presente, e que gostaria de lembrar a todos os Vereadores e as pessoas presentes para estarem participando dessa Audiência Pública, dia vinte e sete, segunda-feira próxima, às dezenove horas, sobre as Metas Fiscais; agradeceu, desejando boa noite a todos; a seguir, tomariam a palavra o Sr. Luiz Gustavo Gothardo que a passou; tomou a palavra o Sr. Alfredo Chiavegato Neto que cumprimentou a todos, dizendo de esclarecer ao nobre Vereador Luiz Carlos de Campos que os projetos que eram colocados na pauta, estavam lá para discussão, às vezes, um dia antes na Comissão, mas nada impedia dele tirar da pauta, e que colocar era mais difícil, então, qualquer sugestão por parte da Comissão, no mesmo dia ou no outro dia, podia tirar da pauta, sem problema algum, e que se eles quisessem mudar o dia, também, ficassem à vontade, de comum acordo com todos, porque ele só tinha colocado porque ouviu boatos que os pares queriam votar aqueles projetos que estavam ali, naquele dia, por isso tinha colocado na pauta na segunda-feira, que tinha que estar vinte e quatro horas antes pronta, mas nada impedia dele tirar, era mais fácil tirar da pauta do que colocar, posteriormente, fora do prazo; disse que era por isso que estava na pauta; disse que se houvesse necessidade de continuar na segunda-feira, era só manter essa regra, e lhe avisava na terça que ele tiraria o projeto que eles achassem que deveria ter mais tempo para discussão e tudo o mais; ressaltou, também, sobre um requerimento do nobre

Vereador Zidane, solicitando a respeito das limpezas dos terrenos baldios no Município, e que achava que, realmente, algo deveria ser feito, cobrado da Municipalidade, no sentido de que essa questão tinha ficado muito complicada na legislatura passada, que obrigava muito as pessoas a fecharem o terreno, e muitas estavam fechando de forma inadequada, com tela, com alambrado, e que não ficava legal para o Município, não ficava legal para o bairro, e que, a partir do momento que o imóvel estava fechado, o Município não tinha mais o poder de entrar e limpar; ele tinha que comunicar o proprietário para assim o fazer e se não o fizesse multá-lo; disse que a sua sugestão que vinha dando frente à fiscalização e ao Executivo, era o seguinte: o terreno estava baldio, estava sujo, era para comunicar o proprietário, quinze dias para limpar; não limpando, a Prefeitura efetuava o serviço e mandava a cobrança, e que achava que era a maneira mais justa do que multar, simplesmente, o cara por não ter limpado, muito mais justo limpar, porque se a pessoa ainda fechasse com alambrado, ou fechasse com muro, não se percebia o mato crescendo, não se via o lixo jogado, havia o problema do acúmulo de sujeira, inclusive Dengue, porque sabiam que o problema estava sério na região inteira, inclusive em Jaguariúna, e que a sugestão que ele dava e estava brigando com o pessoal da Fiscalização, era essa forma de condução; disse que eles estavam multando, simplesmente, o cara não limpou, ia e multava, e que não era justo, a Prefeitura podia prestar o serviço, no valor que era condizente de mercado, e cobrar do proprietário se ele não fizesse; disse que estava ali sua sugestão, que ele vinha dando, e que achava que era a maneira mais correta de se efetuar, e que a sua opinião: fazer a calçada, era justo, realmente, que se tivesse a calçada, murar, ele achava que não era, na sua opinião, não era o que iria resolver, pelo contrário, iria piorar, porque não se tinha a visibilidade do problema, e quando se via, quem jogava sujeira, geralmente, era o vizinho, porque o proprietário que tinha um terreno não ia lá jogar sujeira, geralmente; o vizinho não era comunicado, enfim, só ficava sabendo depois, e trazia um problema de saúde pública; disse que era sua sugestão e esperava que e que estava havendo por parte do Executivo uma descentralização da esfera da fiscalização, ou seja, cada fiscalização iria ficar ligada a uma certa Secretaria para que houvesse mais celeridade nos assuntos, e esperava que, realmente, esta cobrança acontecesse o mais rápido possível, no sentido que melhorasse a limpeza pública; sabiam que agora estavam diminuindo as chuvas, e a tendência era que o mato não crescesse tanto, e que era uma forma deles poderem avançar e conseguirem concluir toda essa limpeza que estava pendente no Município; disse que estava aí uma sugestão, esperava que os nobres Pares pensassem e apresentassem alguma coisa para a

pessoa responsável do Departamento; alertou, ainda, que o Luiz Carlos falou das audiências públicas, e que eles teriam várias audiências públicas, no final do mês, se não se enganava teriam seis audiências, do dia vinte e sete, meados dos dias seis e sete, e que gostaria da presença de todos, audiência da Comissão de Meio Ambiente, Zona ZEEM, enfim, e que a participação era muito importante; agradeceu a todos, e desejou boa noite. Terminado o Expediente, o Sr. Presidente suspendeu a sessão por 15 (quinze) minutos, conforme determinava o Art. 149, Parágrafo Único, do Regimento Interno. Terminado o prazo concedido, o Sr. Presidente reabriu a Sessão determinando a feitura da chamada, onde foi anotada a presença dos seguintes Srs. Vereadores: Adilson José Abracez, Alexandre da Silva Santos, Alfredo Chiavegato Neto, Ângelo Roberto Torres, David Hilário Neto, Gerson Antonio, Luiz Carlos de Campos, Luiz Gustavo Gothardo, Rita de Cássia Siste Bergamasco, Rodrigo da Silva Blanco, Romilson Nascimento Silva e William de Souza Silva. Deixou de comparecer o Sr. Fábio Augusto Pina. Constatado número regimental, o Sr. Presidente deu início à Ordem do Dia: Em Primeira Discussão foram apreciados: 1. Projeto de Lei nº 020/2013, do Executivo Municipal, que dispõe sobre a utilização das cores oficiais e brasão do Município, e dá outras providências. (Quorum de deliberação: maioria simples: Art. 49, “a”, § 1º, do R.I.). Primeiramente, o Sr. Presidente determinou a leitura do Parecer Conjunto das Comissões Permanentes de Constituição, Justiça e Redação, Orçamento, Finanças e Contabilidade e de Saúde, Educação, Cultura, Assistência Social, Lazer e Turismo, apresentando as seguintes Emendas Substitutivas: 1ª Substituindo a expressão “poderão” descrita no artigo 3º do Projeto de Lei nº 020/2013 por deverão: “Art. 3º - Os veículos automotores e máquinas pertencentes à frota municipal deverão conter o brasão do Município e as cores oficiais da Prefeitura do Município de Jaguariúna.” Em discussão a Emenda, pediu a palavra o Sr. Luiz Carlos de Campos que disse que aquele “deverão” que estava no artigo terceiro, disse que conservaram o “poderão” mesmo, e que somente no artigo quarto, que substituiria o “poderão” pelo “deverão”, e perguntou se era uma emenda só, e o Sr. Presidente disse que eram duas emendas, e solicitou aos nobres Pares para que aquela emenda ao artigo terceiro fosse rejeitada. Em votação a Emenda, foi a mesma rejeitada por unanimidade de votos. 2ª. Substituindo a expressão “poderão” descrita no artigo 4º do Projeto de Lei nº 020/2013 por “deverão”, passando-se a ter a seguinte redação: “Art. 4º - O uniforme destinado aos servidores públicos e aos alunos da rede municipal de ensino, quando distribuídos gratuitamente, deverão obedecer à padronização com a utilização das cores do Município.” Em discussão e

votação, foi a mesma aprovada por unanimidade de votos. A seguir, foi apreciado o Projeto de Lei nº 020/2013, do Executivo Municipal, que dispõe sobre a utilização das cores oficiais e brasão do Município, e dá outras providências. Em Discussão, pediu a palavra o Sr. William de Souza Silva que cumprimentou a todos, novamente, dizendo ao Sr. Presidente que não tinha ficado claro ali, e que não sabia se tinha ficado claro para os nobres Vereadores, como funcionava a regulamentação, e como funcionava agora, porque via em cada gestão, a gestão atual tinha o slogan “Nada resiste ao trabalho”, a gestão passada tinha o “Você em primeiro lugar”, e perguntou se essas frases poderiam ser utilizada, normalmente, pela Administração, porque não tinha visto isto notificado, não viu regulamentado esse tipo de questão, e perguntou se estavam vedadas essas frases, a utilização dessas frases, nesta gestão? O Sr. Presidente disse ao Vereador que eles tinham que utilizar a tribuna para ficar registrado, e que não tinha entendido a indagação do Vereador, e se ele podia repetir, por favor; o Vereador William de Souza Silva disse que em cada gestão, utilizava um slogan de Administração, e que não tinha visto regulamentação ali, e que gostaria de esclarecer aquela dúvida, aos nobres Colegas, de como funcionava essa questão, como a Administração atual possuía a frase: “Nada Resiste ao Trabalho”, e tinha ali quatro ou cinco estrelas, e que acreditava ele que fosse o número de mandatos exercidos por este gestor público, e que gostaria de saber como funcionava essa questão, se era vedada, e que agora a Administração não podia colocar no que estava sendo discutido naquela lei, essas frases; o Sr. Presidente disse ao nobre Vereador até onde ele sabia, era que nos próprios públicos, inclusive uniforme e máquinas, não deveria ter nenhuma menção alusiva à administração, por isso que estava sendo feita essa lei, no sentido de regulamentar o abuso que tinha tido anteriormente, carros totalmente adesivados, uniformes, papel, enfim, e tudo aquilo que era do próprio público, patrimônio público, tinha que ter, no máximo, o brasão ou as cores municipais; disse que material institucional aí tinha uma regulamentação federal que determinava como tinha que ser feito, e supôs publicidade, alguma propaganda do Município, aí já era outra regulamentação, e o Vereador William de Souza Silva perguntou se até mesmo em veículo, e que costumava ver em veículos, e disse que estava esclarecido; o Sr. Presidente disse que acreditava que agora o que iriam utilizar era o brasão, na pior das hipóteses colocar administração ano tal a tal, porque senão havia um custo muito grande para o Município, e que tinham placas aí em determinados próprios públicos que chegando o momento eleitoral, tiveram que ser tampadas tudo que era alusivo à Administração e que não podia; o Vereador William Zidane disse que

isso era um desserviço, e o Sr. Presidente disse que era um custo, que quem pagava era o município, e isso não era para acontecer; o Sr. William de Souza Silva disse que estava esclarecido e agradeceu ao Sr. Presidente; a seguir, o Sr. Presidente disse que tinha tido a oportunidade, na Administração passada, de apresentar um projeto de lei, e que tinha sido aprovado pela Casa, e que foi arguida a constitucionalidade dele, e foi admitida uma ADIN, e que, naquela época não conseguiram breçar os desmandos que aconteciam com relação a, não só nos veículos, nos prédios públicos, no uniforme dos funcionários, no uniforme das crianças, tinha tudo a alusão à Administração, que não podia, ao seu ver, não poderia ter, inclusive nos timbres dos papéis oficiais do Município vinha a alusão, inclusive no Cartão Cidadão de hoje tinha, ainda, porque existia um estoque muito grande de Cartão e que ficaria ruim perder esse material, então, estava sendo distribuído, ainda, até acabar; disse esperar que, além dessa lei, e que aquela lei para ser aprovada precisava de maioria simples, eram sete votos, e que o nobre Vereador Luiz Carlos de Campos e os pares apresentaram uma Emenda à Lei Orgânica e que eram dois terços para fazer qualquer alteração, e que esperava que a Lei Orgânica prosperasse, também, para que esse abuso não continuasse e que ficasse claro que, no máximo, usar a administração de ano a ano, enfim, para que não houvesse um custo muito grande ao Município. A seguir, em votação o Projeto de Lei nº 020/2013, do Executivo Municipal, que dispõe sobre a utilização das cores oficiais e brasão do Município, e dá outras providências, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 2. Projeto de Lei nº 021/2013, do Sr. William de Souza Silva – Zidane – que institui a “Semana Municipal de Prevenção, Conscientização e Combate ao Uso de Drogas” e dá outras providências. (Quorum de deliberação: maioria simples: Art. 49, “a” § 1º, XIII do R.I.). Primeiramente, foi feita a leitura do Parecer Conjunto das Comissões Permanentes de Constituição, Justiça e Redação, Orçamento, Finanças e Contabilidade e de Saúde, Educação, Cultura, Assistência Social, Lazer e Turismo. Em Discussão pediu a palavra o Sr. William de Souza Silva que cumprimentou a todos mais uma vez, dizendo que, humildemente, gostaria de agradecer a todos os pareceres favoráveis, agradecer a todos os nobres Colegas Vereadores e que tinha certeza que eles tinham dado um passo muito grande no Município, e que conseguiam, com essa propositura, tornar o Município num dos pioneiros nesse anseio do caráter educativo da prevenção ao uso de entorpecentes, uma vez que o uso de entorpecentes não tinha classe social para atingir e que ele atingia todas as classes sociais, e que ele, particularmente, que vinha há treze anos trabalhando num setor de prevenção do Departamento de

Repressão à Narcóticos da Polícia Civil do Estado de São Paulo, e que viam grandes casos e que teve tranquilidade para expor para os Srs. Vereadores esse projeto e que ficava feliz que tinha sido muito bem aceito, e que os Srs. Vereadores tinham conhecimento da dificuldade que eles encontravam no Município, esse alastramento desenfreado do uso de drogas, essa falta de respeito das pessoas que promoviam esse tipo de licitude, e tinha certeza que, com esses trabalhos, trabalho do Executivo, da Secretaria de Assistência Social, da Secretaria de Saúde, eles iriam conseguir, pelo menos, num caráter educativo tentar minimizar esse problema, e tentar levar às famílias um maior conforto, defendendo o não uso de drogas, e mais uma vez agradeceu aos Vereadores pelo parecer, e pela atenção àquele projeto que ele tinha certeza que iria ser importante para todos eles e para todas as famílias; agradeceu pela atenção. A seguir, em votação o Projeto de Lei nº 021/2013, do Sr. William de Souza Silva – Zidane – que institui a “Semana Municipal de Prevenção, Conscientização e Combate ao Uso de Drogas” e dá outras providências, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 3. Substitutivo à Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 001/2013, dos Srs. Luiz Carlos de Campos, Fábio Augusto Pina, David Hilário Neto, Luiz Gustavo Gothardo e Romilson Nascimento Silva, acrescenta um parágrafo único ao artigo 13 da Lei Orgânica do Município de Jaguariúna. (Quorum de deliberação: maioria qualificada: Art. 50, § 2º, III do R.I.). Primeiramente, dos Srs. Luiz Carlos de Campos, David Hilário Neto, Luiz Gustavo Gothardo e Romilson Nascimento Silva, baseados nos artigos 230 e 244 do Regimento Interno, foi apresentado requerimento de adiamento da discussão e votação da Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 001/2013, dos Srs. Luiz Carlos de Campos, Fábio Augusto Pina, David Hilário Neto, Luiz Gustavo Gothardo e Romilson Nascimento Silva, que acrescenta um parágrafo único ao artigo 13 da Lei Orgânica do Município de Jaguariúna, por duas sessões subseqüentes para melhor análise. Em discussão e votação o requerimento, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos, e a Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 001/2013, dos Srs. Luiz Carlos de Campos, Fábio Augusto Pina, David Hilário Neto, Luiz Gustavo Gothardo e Romilson Nascimento Silva, que acrescenta um parágrafo único ao artigo 13 da Lei Orgânica do Município de Jaguariúna encaminhada para a Ordem do Dia da Décima Quinta Sessão Ordinária, a realizar-se em dezoito de junho de dois mil e treze. 4. Substitutivo ao Projeto de Lei nº 012/2013, do Sr. Luiz Carlos de Campos, que dispõe sobre instalação de medidores de água nas formas que especifica, e dá outras providências. (Quorum de deliberação: maioria simples: Art. 49, “a”, § 1º, do R.I.).

Primeiramente, foi feita a leitura do Parecer Conjunto das Comissões Permanentes de Constituição, Justiça e Redação, de Orçamento, Finanças e Contabilidade e de Obras, Planejamento, Serviços Públicos, Atividades Privadas e Transportes. O Sr. Presidente colocou em discussão, dizendo que iriam votar o substitutivo, em discussão o substitutivo e em votação o substitutivo; pediu a palavra o Sr. Luiz Carlos de Campos que cumprimentou a todos mais uma vez, dizendo que o que ele pretendia com aquele projeto de lei, era dar a possibilidade para aquela pessoa que tinha um terreno, tinha uma chácara, que fizesse a ligação de água, e que, atualmente, se a pessoa não tivesse, tendo a chácara ou o terreno, se ela quisesse plantar alguma coisa lá, ela não conseguia a ligação de água porque hoje, a Lei requisitava que se tivesse a planta aprovada, a planta construtiva aprovada para esta propriedade, e que aquele projeto de lei pretendia mudar esse tipo de situação, a pessoa que tinha uma chácara, que quisesse plantar uma horta, uma fruta, alguma coisa desse tipo, tinha a possibilidade, requerendo no Departamento Competente a ligação de água, a Prefeitura estaria fazendo essa ligação; disse que, também, caso a pessoa tivesse lá sua chácara, e pedisse a ligação de água e a Prefeitura fizesse, e essa pessoa, depois, não viesse a pagar por esse fornecimento de água, o Executivo regulamentando, também, conforme o parágrafo do presente projeto de lei, poderia estar fazendo o corte do abastecimento, e pediu a aprovação dos nobres Vereadores, e que tinha muita gente que encontrava dificuldade, às vezes, para fazer uma ligação, neste sentido, por falta de planta e se a pessoa depois tivesse uma chácara, ela conseguisse, aprovado esse projeto e transformado em lei, a pessoa solicitando a ligação de água e, futuramente, depois, ela fizesse a construção, uma planta para construir alguma coisa nesse imóvel, não iria ter a segunda ligação, a não ser que tivesse dois imóveis, duas plantas, aí sim, teria a segunda ligação, e que era essa a pretensão daquele projeto de lei, e por isso pediu o apoio dos nobres Vereadores; a seguir, pediu a palavra o Sr. William de Souza Silva que parabenizou ao nobre Vereador Bozó pela brilhante iniciativa, e via que várias pessoas tinham essa dificuldade, e que era uma incoerência se ter um terreno vazio e não conseguir realizar sua obra pela dificuldade da água, para dar seguimento, e que muitas pessoas tinham um terreno e queriam fazer uma obra, e que era brilhante iniciativa, parabenizou o Vereador e tinha certeza que ele iria conseguir atender a muitas famílias que tinham esse problema; disse que o Vereador tinha esclarecido algumas dúvidas e que ele queria perguntar ao Vereador, no sentido de seu projeto, se a regulamentação de mais um relógio se era pelo Poder Executivo, e aquela questão, como eles tinham no bairro da Roseira, várias casas num só relógio, se

o Poder Executivo podia regulamentar isso para resolver os problemas daquelas famílias, que tinha oito ou cinco famílias numa única casa, e que não conseguiam um terceiro ou segundo relógio, e pediu ao Vereador se ele poderia tirar essas dúvidas, sem interferir no mérito do projeto do Vereador que tinha certeza foi muito bem estudado, muito bem elaborado; a seguir, pediu a palavra, novamente, o Sr. Luiz Carlos de Campos que disse que, pelo que estava no Projeto de Lei precisava da planta, a primeira ligação, sendo um terreno vazio, não precisava da planta, mas a partir da segunda e de outras ligações, aí precisava ter planta aprovada; disse que se tivesse a planta aprovada, dois, três, quatro imóveis, às vezes, a pessoa conseguia fazer um, como tinha sido discutido ali, um sobrado, alguma coisa, uma construção multifamiliar como o Adilson tinha falado ali, aí poderia ter mais uma ligação, mas tinha que ter a planta, e acreditava que o Executivo não poderia regulamentar, porque ali estava falando que precisava da planta; disse que hoje, a lei atual, já falava que precisava de planta, independente do terreno vazio, precisava da planta, e o que aquele projeto pretendia, era que a primeira ligação não dependesse de planta, e que, basicamente, era isso; a seguir, pediu a palavra o Sr. Adilson José Abracez que disse que, como sempre, ele gostava de justificar seu voto, parabenizou ao Vereador, dizendo que a intenção era bem clara: quando na lei anterior exigia-se plantas, para que se fizesse uma ligação, era uma maneira que o Poder Executivo, o Município tinha para que não se fizesse construções clandestinas, e era correto ter os mecanismos, porque clandestino era clandestino, o Poder Público tinha que prover o cidadão da possibilidade dele ter as casas deles, de ter um conjunto habitacional, ter tudo, o que ele não podia, era agasalhar clandestinidade; disse que aquela lei, ali, separada, do Vereador, ela vinha possibilitar àquelas pessoas a comprar uma chácara, iriam plantar algumas árvores, algumas frutíferas, e ainda não estava nos planos dele construir, fazer uma obra, e aí ele ficaria impossibilitado de arborizar, o que seria muito bom; disse que era uma nobre iniciativa, e que gostaria de corrigir um pouquinho o Vereador Zidane, e que, por um lapso ele tinha dito que ele pudesse construir sua obra, e que era justamente que não podia construir sua obra, porque o objetivo era esse, só para o tipo de chácara, para que pudesse plantar, fazer as coisas, e aí, sim, quando fosse construir, ele precisava da planta, e, logicamente, ele já tinha a água, e que se ele precisasse de mais uma, ele teria que estar dentro do regulamento; agradeceu; a seguir, pediu a palavra o Sr. Alfredo Chiavegato Neto que parabenizou ao nobre Vereador Luiz Carlos de Campos, que eles ouviram o clamor ao longo de vários anos a respeito disso, e que o Vereador tomou a iniciativa, e que era

louvável, e agradeceu, também, a compreensão de aceitar algumas sugestões, que tinham passado para ele, e foi provido aquele substitutivo, e esclareceu que, na verdade, além dele pedir a ligação de água, a primeira ligação de água, a burocracia no Departamento de Água para se conseguiu uma ligação de água era algo impressionante, e que tinha até que colocar a impressão digital para poder dizer que se queria uma ligação de água; disse que ligação de água e água era um serviço público, a tarifa, que se pagava por ela, e que se precisava da água, iria pagar por ela, e, conseqüentemente, o Município iria servir, mas para fazer tal ligação, a Prefeitura exigia uma série de documentos, então, além de estar regulamentando a lei, eles estavam regulamentando aquilo que era necessário para o munícipe levar no momento da solicitação de uma ligação de água, da primeira ligação de água, ou seja, documento pessoal, o que era normal, se não fosse a pessoa responsável, dona do imóvel, seu representante legal através de uma procuração, devidamente reconhecida a firma, o carnê de IPTU, porque tendo o carnê, sub entendia-se que todas as informações do imóvel estavam lá, quem era o proprietário, onde era o imóvel, e se o imóvel não estivesse no nome da pessoa, aí sim, cópia da escritura ou um contrato particular que comprovasse que o imóvel era dele; disse que tinha ficado muito mais claro, para que se evitasse abusos; com relação à segunda ligação, a planta aprovada, e tendo a planta aprovada, se ela já estava aprovada, conseqüentemente, tinha passado pelo Departamento de Tributos, Fiscalização, todos os dados foram conferidos e cabia ao Departamento de Água somente fazer a ligação, e que ficava mais simples, e que tinham sido essas as sugestões que tinham dado ao Luiz Carlos e, prontamente, ele tinha aceitado, para que eles pudessem, na lei já, prever isso, porque era triste fazer uma ligação de água na cidade, judiava do munícipe, e voltou a dizer, que se pagava pelo serviço, e, conseqüentemente, se não pagasse, havia a possibilidade da Prefeitura ir lá e cortar o fornecimento, e que achava que todos sabiam do bem que trazia a água, e esse bem tinha que ser, realmente, muito bem utilizado e punido para aqueles que usavam mal; disse esperar que todos aprovassem o substitutivo e parabenizou o autor da propositura; agradeceu. A seguir, em votação o Substitutivo ao Projeto de Lei nº 012/2013, do Sr. Luiz Carlos de Campos, que dispõe sobre instalação de medidores de água nas formas que especifica, e dá outras providências, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos. Terminada a Ordem do Dia, o Sr. Presidente deu início à Explicação Pessoal dos Senhores Vereadores, que se manifestariam sobre atitudes pessoais assumidas durante a Sessão ou no exercício do mandato (Art. 168, R.I.) – pela ordem, tomou a palavra o Sr. William de Souza Silva que cumprimentou a

todos mais uma vez, e agradeceu, mais uma vez, a todos os Vereadores, não só pela aprovação do projeto que ele propôs, mas de todos os projetos que, tinha certeza, que era de interesse público; disse de aproveitar e finalizar aquela sessão, sua última fala, e fazer aí um agradecimento, uma homenagem a todas as Assistentes Sociais do Município pelo seu dia, em nome da querida Vereadora, e disse à Vereadora que ela tinha uma história nesta atividade, uma profissão muito bonita, e em nome dela cumprimentava a todas as assistentes sociais, e que sabiam de toda dificuldade social, procurava resolver o problema de muitas famílias, e parabenizou pela escolha de sua profissão, e esperava que ela retransmitisse e continuasse com essa brilhante profissão, e que para ele era uma honra compartilhar o mandato com uma pessoa com tanta experiência nesta área, que ele tinha certeza que ajudava a todas as pessoas, e que ficava ali a homenagem dele à Vereadora e a todas as assistentes sociais; a seguir, agradeceu, também, ali presentes, alguns amigos, companheiros que sempre estavam visitando no Gabinete, e que agradeceu, a presença da senhora Adriana, do José Ailton, Júlio Cesar, Dona Lourdes Caiado, que vinham manifestando, que eram pessoas combativas nos seus atos de civismo lá na região do Florianópolis, e vinham tentando ajudar pessoas na sua forma muito voluntária, sem nenhuma remuneração; agradeceu pelo convite, e que eles iriam fazer uma ação comemorativa no dia do trabalhador, no dia vinte e cinco deste mês, das oito ao meio dia, e que se eles o permitissem, convidava a todos os Vereadores, e que todos ali tinham pessoas, trabalhos importantes, ou familiares, o público ali presente para comparecer neste ato de civismo, que essas pessoas estavam promovendo em seus bairros, com várias palestras, e que convidaram o Poder Público, e os agradeceu pelo convite de ter a oportunidade de falar sobre Drogas, um tema que ele tinha uma tranquilidade, e esperava ter êxito nesta palestra, levar o que ele tinha de conhecimento para essas pessoas, e que ficava ali o carinho que ele tinha por eles, os agradeceu por lhe aturarem e que muitas vezes ele não conseguia atender o pedido deles, mas tinha certeza que os atendia de coração, e iria procurar estar atendendo e os parabenizou por tal ato de civismo perante o bairro Florianópolis, que tinha certeza que ganhava por ter pessoas como eles; agradeceu pela atenção de todos; desejou boa noite; a seguir, tomou a palavra o Sr. Adilson José Abracez que disse de convidar a todos para a audiência pública onde eles iriam discutir o projeto que transformava a Zona ZEEM, Zona Especial de Mineração, em Zona Predominantemente Residencial, na área, hoje, do Morro do Catão, no entorno da Pedreira Basalto; disse que a primeira audiência pública seria no dia vinte e oito do cinco, terça-feira, às dezenove horas, e a segunda audiência, dia seis do

seis, junho, na quinta-feira, às dezenove horas, também; disse que gostaria do comparecimento de todos porque era importante a participação, porque era uma discussão aberta, onde o interesse público era fundamental; agradeceu. Terminada a Explicação Pessoal, o Sr. Presidente encerrou a Sessão, convocando a próxima Sessão Ordinária para o dia quatro de junho de dois mil e treze, terça-feira, com início determinado para às dezenove e trinta horas. Nada mais havendo a tratar, lavrei a presente ata que lida e achada conforme, vai devidamente assinada.

Vereador Alfredo Chiavegato Neto
Presidente

Vereador Adilson José Abracez
Vice Presidente

Vereadora Rita de Cássia Siste Bergamasco
Primeira Secretária

Vereador Ângelo Roberto Torres
Segundo Secretário



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

CERTIDÃO

Certifico e dou fé, que a Ata da Sessão acima encontra-se devidamente assinada pela Mesa Diretora do biênio a que se refere, registrada em livro próprio e arquivada na Secretaria Legislativa desta Câmara Municipal.
Câmara Municipal de Jaguariúna, 29 de agosto de 2019

VEREADOR WALTER LUÍS TOZZI DE CAMARGO
Presidente da Câmara

